

Sistema vai a votação amanhã

Marco Antônio Maurício

Fotos: Josemar Gonçalves

A votação do projeto de Constituição entrará amanhã em seu momento mais delicado. Pela primeira vez, a Comissão de Sistematização apreciará a questão do sistema de governo. A tendência de vitória do parlamentarismo já foi reconhecida até mesmo pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães — presidencialista histórico. Mesmo assim, o grupo opositor anuncia vitória e prepara estratégias para tumultuar a votação.



Se a tendência dos primeiros dias persistir, a tática da obstrução do processo de votação, mais uma vez, será a vedete do dia, não sendo descartado o envio do projeto ao plenário da Constituinte sem o parecer final da Comissão de Sistematização sobre o sistema de governo.

O dia-a-dia do Congresso Nacional foi modificado diante do importante momento vivido e das expectativas pelas decisões e tendências dos constituintes em relação aos pontos polêmicos, como reforma agrária, estabilidade no emprego, sistema de governo e anistia. As sessões do Congresso Nacional foram suspensas desde a última terça-feira (23) até o próximo dia cinco de outubro, terça-feira, quando se esgota o prazo de votação, na Sistematização, do projeto de Constituição.

A Câmara dos Deputados, por sua vez, confirmou a tradicional sessão "pinga-fogo", amanhã, às 14h00, sem definição de pauta específica.

Proteção

O Senado Federal confirmou apenas uma sessão ordinária, amanhã, às 14h30, com a possibilidade da convocação de sessões extraordinárias para quarta e quinta-feira à noite. Na ordem-dia aparece leitura de propostas de empréstimos financeiros a municípios, além do pedido do senador Severo Gomes (PMDB-SP) pelo desarmamento de projeto de lei, de sua autoria, que estabelece medidas de proteção contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.

Seguindo o exemplo do senador paulista, o senador Roberto Campos (PDS-MT) solicita o desarquivamento do projeto que reforça o Fundo de Assistência ao Desemprego e dispõe sobre o auxílio-desemprego. E o senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL) pede informações junto ao Ministério das Minas e Energia relativas a incentivos concedidos na área de energia elétrica a grandes consumidores.

Em sessão prevista para às 9h00 da manhã de hoje, a Comissão de Sistematização votará o capítulo da organização do Estado. O relator enfrentará a revolta de inúmeros parlamentares, contrários à retirada do dispositivo que cria novos estados na Federação. Amanhã, também no mesmo horário, a Sistematização apreciará o título IV, que dispõe sobre a organização dos poderes e sistema de governo. Além da acirrada disputa entre o parlamentarismo e o presidencialismo, irão atrair a atenção dos constituintes, a institucionalização do Conselho Nacional de Justiça, a divisão do Ministério Público e a criação da Procuradoria Geral da União.

Atritos

Na terça-feira, às 9h00, será votado o capítulo da defesa do Estado e das instituições democráticas, com previsíveis atritos sobre a definição do papel das Forças Armadas. Na quarta-feira, será a vez do capítulo da tributação e do orçamento, surgindo a briga dos municipalistas pela reforma fiscal e tributária.

Na quinta-feira, às 9h00, a reforma agrária, o conceito de empresa nacional, a livre iniciativa e o sistema financeiro nacional, incluídos no capítulo da ordem econômica e financeira, esquentarão o processo de votação dentro da Sistematização, já que as posições radicais da esquerda e da direita não conseguiram, em fases preliminares, alcançar um consenso.

A jornada de trabalho, a estabilidade no emprego, a reserva de mercado, as verbas públicas para o ensino público e a criação do Conselho Nacional de Comunicações serão votados na sessão matutina da sexta-feira, preparando o clima para a disputa reservada para sábado e domingo, quando as disposições transitórias, com a data de implantação do parlamentarismo, do mandato do presidente José Sarney e a concessão da anistia encerrarão o processo de votação.



Apesar do sábado, a sessão de ontem cedo da Constituinte foi bastante movimentada

Direitos humanos podem ter tribunal

A criação do tribunal internacional dos Direitos Humanos, a definição de soberania popular no primeiro artigo da Constituição e a inclusão da expressão "racismo" no quarto artigo do título I, dos Princípios Fundamentais, foram as modificações — em forma de emendas de destaque — aprovadas na manhã de ontem pela Comissão de Sistematização.

A polêmica questão da "orientação sexual" foi definitivamente rejeitada pelos parlamentares, bem como a desnuclearização do mundo em favor da paz. A sessão, iniciada às 9h40, foi suspensa às 13h00, com previsão de reabertura às 15h00, para apreciação dos 20 destaques restantes ao título I.

A República Federativa do Brasil constituiu-se em um Estado Democrático de Direito, que visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade das pessoas e o plu-

ralismo político. Este é o texto do primeiro artigo da Constituição, aprovado por 75 votos contra 18, através de emenda do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), destacada pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-SP). Já o segundo artigo recebeu nova definição: "Todo o poder pertence ao povo, que o exerce por intermédio de representantes eleitos ou diretamente, nos casos previstos nesta Constituição". Com a aprovação deste destaque, 28 emendas ficaram prejudicadas, exceto uma, de autoria do deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), que, ausente, também foi prejudicada.

Para o segundo artigo do título I, apenas três destaques foram encaminhados, mas todos os autores desistiram da apresentação, retirando as emendas do processo de votação. A emenda modificativa defendida pelo deputado José Genoíno (PT-SP) — inclusão da expressão orientação sexual no

terceiro artigo — foi rejeitada por 61 votos contra 32, pela Sistematização. As restantes 16 emendas ao 3º artigo não chegaram à votação, seja em razão da retirada do destaque, ou pela ausência do próprio autor.

A formação de um tribunal internacional dos direitos humanos — emenda modificativa do deputado Antônio Mariz ao 5º artigo — foi aprovada por 85 constituintes contra apenas cinco votos. Outra emenda, de autoria do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) e destacada pelo senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) — inclusão da palavra "racismo" no 5º artigo — foi também aprovada pela Sistematização, com 49 votos favoráveis contra 44. A emenda aditiva do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), propondo a desnuclearização do mundo em questão da paz, foi rejeitada, após resultado de 60 contra 27 votos.

Tumultos marcam 3º dia

Nem tudo correu tranquilamente no terceiro dia do processo de votação do projeto de Constituição pela Comissão de Sistematização. Além do atraso de 40 minutos para a abertura da sessão, os constituintes "dispararam" inúmeras questões de ordem ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, referentes às regras da votação. Tais questões serviram para tumultuar os trabalhos durante mais de 15 minutos. Como se não bastasse, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), da tribuna, provocou o líder do Governo, Carlos Sant'Anna (BA), ao atacar o presidente José Sarney.

Apesar das campanhas do Senado Federal, por muito pouco os dois parlamentares não chegaram à luta corporal. Diversos parlamentares, agindo rápido, serenaram os ânimos.

Bastante nervoso ao chegar à Comissão de Sistematização, já com a reunião em andamento, Lyra pediu uma questão de ordem ao presidente em exercício, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ). Como a emenda Nelson Jobim estava com o processo de votação já iniciada, Monteiro frisou que daria a palavra ao parlamentar ao término do escrutínio.

"Quero saber se é possível, por maioria dos votos desta comissão, aprovar uma menção de repúdio ao Governo que deseja prejudicar e corromper os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte", esbravejou Lyra da tribuna.

"Palhaçada"

Aos gritos, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) apelava para que o processo de votação não fosse interrompido. Lyra retrucou: "Esta palhaçada que se faz hoje aqui dentro e esta panacéia que se faz lá fora visam apenas a corromper o funcionamento e a soberania da Constituinte".

Do plenário, Sant'Anna chamou Lyra de mentiroso, que retrucou: "Você não tem autoridade para dizer que estou mentindo; você veio da Arena". Sant'Anna rebateu: "E você, que foi ministro e participou deste Governo?" Lyra gritou: "Eu tenho autoridade e não vou dar colher de chá; pode sentar que não vou te dar a palavra".

Neste momento, o tumulto se formava com o presidente da Sistematização apelando para as campanhas, a fim de restabelecer a ordem no plenário. Enquanto o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) gritava pela suspensão da sessão, Brandão Monteiro frisou: "Não vou aceitar pressão de ninguém; aqui quem manda sou eu", e cassou a palavra de Lyra, já que este não havia formulado a sua questão de ordem. Indignado, Lyra apelou para que os microfones fossem ligados e formulou a sua questão de ordem. Em pronta resposta, o deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL) frisou a primeira menção de repúdio deveria ser encaminhada ao próprio autor da proposta, "pois só bagunçou e anarquizou a sessão de votação do projeto de Constituição".

Fila é recurso dos que desejam votar

A disputa pela chance de votar na Comissão de Sistematização está levando inúmeros constituintes a apelarem para a tradicional fila de inscrição dos suplentes, aberta após o término da votação de cada título do projeto de Constituição, 30 minutos antes do horário previsto para o início de cada sessão.

Esta tática, hoje, pode não parecer significante, mas tanto para os progressistas quanto para os conservadores é uma boa estratégia de votação quando chegar o momento dos temas mais polêmicos, como sistema de Governo e reforma agrária. "Este voto de suplente poderá ser o voto de minerva", preveniu o deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG).

Juntamente com o senador Albano Franco (PMDB-SE), o deputado Marcos Lima (PMDB-MG) e o senador João Menezes (PFL-PA), Israel Pinheiro cercava a assessora da Sistematização, d. Gardênia, responsável pelo livro de presenças da Comissão. "Eu não saio de perto dela. Ontem, me passaram para trás; hoje, ninguém me tira daqui", dizia o deputado Marcos Lima, tranquilamente lendo um jornal, acomodado em uma cadeira, ao lado da mesa de inscrição de assinaturas, na entrada principal do auditório do Senado Federal.

A assessora, pacientemente, procurava explicar aos parlamentares que a sessão anterior foi suspensa e a votação do título I ainda não tinha sido concluída. Portanto, as inscrições contidas no livro é que prevaleceriam. Mesmo assim, o senador Albano Franco encabeçava uma lista de presenças, à parte, confiante de que seria o primeiro suplente do seu partido. Segundo ele, o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso, garantiu que teria que ser feita uma nova listagem, sendo que a do dia anterior seria descartada. O deputado José Tavares (PMDB-PR), nervoso, afirmava que "esta lista não vale nada". Ele estava inconformado, pois na sessão anterior foi o primeiro a se inscrever em uma lista semelhante, e foi o 17º a votar.



Lyra e Sant'Anna: agressores verbais